

# Resenhas

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, 152 p. (Col. EDVCERE, 7)

É comum, entre as professoras e os professores que se têm dedicado ao trabalho desenvolvido na educação básica hoje, perguntar-se, com frequência, *como* é que chegamos ao estado de coisas ao qual assistimos sem cessar, nas escolas públicas de um modo geral. O que vemos (e experimentamos), praticamente em todo o país, é, cada vez mais, as péssimas condições de trabalho nas quais as educadoras e os educadores tentam desenvolver um trabalho, minimamente digno e responsável; os baixíssimos salários oferecidos aos profissionais da educação; as escolas sem estrutura adequada para receber seus alunos e funcionários. Acrescentem-se a isso as próprias condições sociais em que vive

grande parte dos nossos alunos: muitos deles sofrem com a falta de moradia, alimentação, vestuário adequado, bem como se ressentem da ausência de um apoio familiar que lhes permitiria uma formação escolar mais proveitosa e sustentável. Nesse contexto, o relacionamento professor-aluno “vai de mal a pior”, é permeado de violências, e nos sentimos “nadando contra a maré”.

Mergulhados em um cotidiano escolar desgastante, perguntamo-nos: *de que modo* a educação pública no Brasil tornou-se o que é hoje? *Por que* a escola pública não tem sido, muitas vezes, um espaço de formação reconhecida e importante para muitos jovens? *Por que*, em grande medida, a escola pública não tem sido o lugar em que alunos se apropriariam de instrumentos os quais lhes possibilitariam uma formação sólida para lutar por uma mudança significativa de suas condições de vida e também da sociedade? *De onde* vem a já tão conhecida desvalorização de professores e professoras? Baseados em fatos presentes, é provável que muitos leitores tenham inúmeras

respostas para essas questões. No entanto, para compreender o presente, podemos buscar no passado elementos a fim de elaborarmos um entendimento de fenômenos que atravessam o tempo. Isso é o que Eliane Marta Teixeira Lopes faz em *As origens da educação pública*.

Eliane Lopes, hoje também psicanalista, tem uma longa e respeitável carreira como professora e pesquisadora. A autora que outrora se sentara, como aluna, nos bancos do Colégio Estadual, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e também na École des Hautes Études, em Paris, foi também professora titular de história da educação na UFMG e é atualmente professora emérita da mesma universidade e docente da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, em Minas Gerais. São seus, entre outros, os livros: *Da sagrada missão pedagógica* (2003), *A psicanálise escuta a educação* (1998), *Colonizador-colonizado: uma relação educativa no movimento da história*

(1985). Ao longo de sua trajetória profissional, publicou ainda vários artigos, capítulos de livros, apresentou trabalhos em congressos, fez conferências e palestras, preocupando-se sempre com as questões que, em diferentes tempos e espaços, envolveram a educação dos sujeitos sociais. Mas é como historiadora da educação que Eliane Lopes trata das origens da educação pública no seio da Revolução Francesa, no século XVIII. Sua pesquisa é de grande valor, pois nos ajuda a compreender também o que aconteceu em nosso país e em nosso estado, já que o Brasil e o estado de Minas Gerais são herdeiros diretos do momento estudado pela pesquisadora; nas suas palavras, “herdeiros dos ideais revolucionários de Liberdade e Igualdade, e da própria idéia de escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória” (p. 20).

Antes de tratar, contudo, mais detidamente do livro, é importante tecer algumas considerações sobre alguns aspectos de sua produção e dos dois momentos da publicação de *As origens da educação pública*. O livro é fruto da pesquisa de mestrado da autora, realizado na UFMG, produzido entre fins dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980, época na qual muitos pesquisadores estavam envolvidos pelas teorias marxistas. Esse fato, além de nos fazer pensar sobre o teor da análise do passado, empreendida pela pesquisadora, leva-nos, imediatamente, para o autor do prefácio da primeira edição, lançada em 1981. Paulo Freire, em seu breve texto introdutório à obra, convida os leitores à “convivência” com o livro, afirmando ter-se “‘encontrado’, a cada página, com a sensibilidade histórica de Eliane”. Por sua vez, Luciano Mendes de Faria Filho, professor da Faculdade de Educação da UFMG, na apresentação da nova edição do livro de Eliane Lopes, cujo lançamento ocorreu em 2008, indica os muitos modos de ler o estudo da autora, sem per-

der de vista o momento da recepção do estudo de Lopes no Brasil, nos anos da abertura política. Nessa direção, Faria Filho considera seu caráter inovador no campo da história da educação – hoje e, ainda mais, nos anos de 1980 – ressaltando a “radical desnaturalização do discurso pedagógico e das políticas educacionais” feita pela pesquisadora, e também a sua “maneira diferente de entender a pesquisa em história da educação e de construir o texto historiográfico”. Trata-se, nas palavras de Faria Filho, de uma “dissertação em ação”, construída de uma forma criativa; de “um trabalho datado”, mas não “superado” (Faria Filho, 2008, p. 14).

Na “Introdução”, Eliane Lopes apresenta a origem do problema a partir do qual ela desenvolveu sua investigação, assim como os objetivos que pretendia alcançar com a realização da pesquisa, a delimitação do objeto que seria investigado, o plano geral do trabalho. Como é comum no campo da pesquisa, o estudo de Lopes nasceu de uma dificuldade, de uma demanda detectada por ela, relacionada ao conjunto de obras de história da educação universal, no cotidiano de seu trabalho como professora de história da educação geral. Segundo Lopes (p. 19), nos livros a que estudantes e professores universitários tinham acesso, na década de 1970, geralmente se relatavam, “cronologicamente, os principais fatos históricos, seguidos dos fatos da educação ou das mais importantes tendências do pensamento pedagógico”. No entanto, os autores não estabeleciam “a real relação entre a educação e a sociedade em um determinado período histórico ou em uma determinada formação social”. Daí a necessidade de realizar uma pesquisa para conhecer a educação criticamente por meio de seu papel na história, “feita pelos homens reais, atuantes e condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção que a elas corresponde”.

No primeiro capítulo do livro, “O contexto histórico”, encontramos delineado o período sobre o qual Eliane Lopes se debruça: o momento “em que surgiu a escola, [...] o momento da Revolução Francesa, [as] crises que a geraram [...] [os] períodos que atravessou” (p. 23). Mas, não pense o leitor que aí encontrará apenas um cenário em que a trama histórica se desenrolará; um cenário independente do objeto investigado por Lopes, uma vez que, tal como destaca Faria Filho, estudar as “Origens da educação pública” significa estudar também a Revolução Francesa, a história da França, articuladas sempre com os problemas apresentados por Eliane Lopes, seja por seu trabalho docente, seja pela realidade que a envolvia. Desse modo, no Capítulo I, graças à habilidade de Lopes para fazer (re)aparecer o passado em uma narrativa clara e objetiva, vemos reconstruída a sociedade francesa do Velho Regime, no século XVIII, seu funcionamento e as transformações pelas quais passou.

A enorme diferença social, os privilégios de que gozavam o clero e a nobreza, o empobrecimento crescente das camadas populares, a exploração dos trabalhadores, a fome engendraram a reivindicação da maior parte da população francesa pelo pão. Essencial, essa reivindicação “aguçou a sensibilidade política, e as camadas populares desfraldaram a bandeira da Revolução” (p. 34). O que se vê na França, em 1788, é um quadro de crise agrícola; da produção industrial, no setor manufatureiro de têxteis; da esfera financeira: e ainda: alta no custo de vida; desemprego; queda no poder aquisitivo no campo e na cidade, nas possibilidades de lucro; crise de subconsumo. Havia uma grande insatisfação na sociedade; os conflitos e antagonismos entre as classes e no interior delas mesmo se acirravam. Além disso, “uma nova filosofia, uma nova concepção de mundo ia se formando” (p. 38). Veiculada

pelos iluministas, essa filosofia “se opunha aos princípios de autoridades e tradição, às diversas formas de desigualdade, aos privilégios e às arbitrariedades da administração monárquica” (p. 38). Dessa maneira, estava pronto o cenário para ser deflagrada a revolução, o que ocorreu de fato em 1789. Fim do Velho Regime, liquidação do sistema feudal, abolição de distinções e privilégios antigos foram alguns dos resultados do movimento revolucionário. A igualdade civil expressava-se na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), pela qual se proclamava também “o direito do homem às liberdades, o direito do cidadão à soberania” (p. 48). É importante ressaltar, entretanto, que a Revolução Francesa, apesar de democrática, tendo em sua frente as camadas populares, inclusive a massa rural, foi, em verdade, uma revolução burguesa. Conforme Lopes, “a maioria burguesa se aplicou em enfraquecer o mais possível a instituição monárquica. Com a monarquia extremamente debilitada e o povo sob tutela, a Assembléia Constituinte cuidou de regenerar as instituições da França em benefício da burguesia, firmando-se nos princípios da Revolução” (p. 49).

No segundo capítulo, é abordado “O momento revolucionário e seu discurso pedagógico”. Nele, Eliane Lopes analisa os discursos pedagógicos, decretos, projetos e relatórios elaborados nos diferentes momentos da Revolução Francesa. No final do Antigo Regime, crescia a necessidade de um novo sistema de estudos e de educação para o povo francês. A demanda por uma reforma no aparelho escolar era uma questão que não gerava antagonismos entre as diferentes classes sociais da França. Tal unanimidade possibilitou e obrigou, segundo a autora, “a Revolução a ter a publicização da instrução constantemente na pauta de suas discussões” (p. 73).

Às vésperas da Revolução Francesa e mesmo durante o período

revolucionário, com a influência das “luzes”, escrevia-se sobre a elaboração de um plano de educação nacional para a juventude, a reforma da educação pública, a responsabilidade do corpo docente na formação dos cidadãos, assim como a respeito de uma educação eficiente que se estendesse a todas as classes, da elaboração de livros elementares e da sua adoção, da expansão do número de escolas. Os documentos analisados pela autora ainda tratavam do estabelecimento de escolas para os dois sexos e de “um programa mínimo nas escolas primárias” (p. 71), da subsistência dos professores, do controle de seu trabalho e de sua competência. Vale destacar que, em alguns documentos analisados por Eliane Lopes, alguns professores apareciam ligados a paróquias, e suas despesas deveriam ser pagas pelas comunidades; em outros, denunciava-se o desdém com que eram tratados, exortava-se a valorização da profissão (p. 81), propunha-se uma salário mais elevado para os docentes (p. 95). Quanto à instrução secundária, a demanda do Terceiro Estado, composto pela burguesia, mas também pelas camadas populares urbanas e camponesas, relacionava-se a outras demandas desse grupo social, o Terceiro Estado, de extinção de privilégios; pretendia-se que as crianças desse setor da sociedade francesa se beneficiassem da mesma educação recebida pelas crianças da nobreza.

A instrução pública era considerada um poder. Logo, deveria ser, conforme a Constituição Francesa de 1789, comum a todos os cidadãos e gratuita, ao menos em relação ao que seria indispensável para todos. A ampliação da instrução e a reformulação de seus conteúdos eram fundamentais, pois a instrução estaria ligada ao exercício, pelos cidadãos, de direitos garantidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tais como a *igualdade* e a *liberdade*, especialmente

a liberdade de pensamento e opinião. A instrução, dessa forma, impediria que um indivíduo “ignorante” ficasse “dependente – por conseguinte, menos livre – daquele que sabe. Nesse sentido, a instrução impediria o domínio de uma classe sobre a outra” (p. 75). Vê-se que, para filósofos e políticos da época, a instrução teria um caráter salvador e todo-poderoso... (p. 76). Alguma semelhança com o que, muitas vezes, acontece nos dias de hoje, no pensamento corrente de uma boa parcela da sociedade?

Cabe ressaltar, entretanto, como bem o faz Eliane Lopes, que aqueles que veem na instrução uma maneira de fazer com que os sujeitos nasçam e permaneçam iguais se apoiam em uma legislação que defende a propriedade, fonte basilar da desigualdade social. No lugar de reconhecer a ordem econômica como motor da desigualdade, na França de fins do século XVIII, preocupada com os seus próprios interesses, a burguesia preferiu ver na diferença entre os indivíduos, em suas virtudes e em seus talentos, a origem da desigualdade social, que seria, portanto, *natural*. Daí a conveniência de dividir a instrução “em diversos graus. De modo que as potencialidades fossem igualmente, mas também individualmente, atendidas. [...] sendo os indivíduos diferentemente dotados, segue-se que a sociedade deveria ser diferentemente hierarquizada” (p. 77).

Na conclusão do livro, “As relações entre o contexto histórico e os discursos pedagógicos”, Eliane Lopes “evidencia a conexão entre as idéias discutidas nos dois capítulos anteriores e estabelece as relações entre educação e sociedade” (p. 23). Mostra como a burguesia, “facção do Terceiro Estado” (p. 124), foi-se fortalecendo a partir das contradições do feudalismo, desde o século XII. Nascidas dessas contradições, as formas econômicas foram-se impondo e “criando uma nova visão

de mundo” (p. 124), que caracteriza a burguesia e se funda no conceito de liberdade, a partir do qual se desenvolveram os conceitos de individualismo e de igualdade. Daí, a reivindicação do Terceiro Estado “para educar-se e educar” (p. 124). Dessa maneira, a burguesia, que lutava pela consolidação de seu poder econômico e político durante a Revolução Francesa, por meio da instrução, tornar-se-ia também hegemônica, uma vez que consolidaria, na sociedade, seu modo de pensar, sua ideologia.

Ainda que burguês, é importante notar que os discursos pedagógicos em torno da publicização da instrução traziam em si e revelavam “aspirações e pretensões da classe subalterna” (p. 127), visto que o proletariado não tinha ainda seus interesses separados dos interesses da burguesia. Somando-se a isso, perversamente, a classe burguesa, no século XVIII, foi criando mecanismos por meio dos quais permitia “à classe subalterna a reivindicação de seus interesses, articulando-os em torno dos seus próprios, de tal forma que” acabassem “por constituir-se em interesse geral” (p. 128). Logo, por meio da instrução, a burguesia poderia não só disseminar sua visão de mundo e de homem – como se fosse a visão da maioria –, como também legitimar seu poder.

Segundo a lógica burguesa, caberia “à instrução tornar os cidadãos ‘mais’ iguais” (p. 129), já que, mesmo proclamados iguais, os indivíduos não o são, tendo em vista a desigualdade econômica existente entre eles. Assim, embora a instrução seja concebida “como veículo de liberação e de igualização”, ela foi (ainda não é, nos dias atuais?), no século XVIII, na França, um “veículo de dominação de classe”, porque foi (não é?) “assentada sobre a desigualdade econômica” (p. 129). A instrução, um direito de todos, “porque todos participaram das lutas no interior

das quais ela foi trazida” (p. 138), tornou-se condição para que o capitalismo se desenvolvesse e se implantasse definitivamente.

Como podemos ver, o livro de Eliane Lopes é, antes de tudo, uma grande “aula” a respeito da escola da Revolução Francesa, mas também a respeito da nossa escola pública, como destaca Carla Boto, professora de filosofia da educação da Universidade de São Paulo (USP), no “Posfácio” da edição de 2008 do livro de Lopes; uma grande “aula” sobre *como* se pode realizar uma investigação, sobre *o modo* de escrever a história da educação. Assim, *As origens da educação pública* é altamente recomendável para os estudantes universitários que se interessam pela história da educação ou se dedicam a pesquisas nesse campo do conhecimento. É também importante para aqueles cujos esforços de investigação se concentram no período compreendido pela história moderna.

Mas o mérito de Eliane Lopes por essa sua produção está, sobretudo, no fato de sua obra atingir um público bem mais amplo do que aquele específico, de historiadores e pesquisadores. Uma vez que a temática tratada, com rigor e sensibilidade, relaciona-se à educação pública, tema que envolve diversos problemas do nosso tempo, a obra de Lopes não só pode como deve ser apreciada por educadoras e educadores que experimentam, a cada dia, o desafio de ensinar, sobretudo, na escola pública atual. O livro de Eliane Lopes merece ser lido, portanto, por todos os professores e as professoras que, acreditando na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, buscam incansavelmente conhecimentos e maneiras de garantir, com seus alunos, a cidadania, sem discriminar e excluir os sujeitos sociais, tratando a diversidade como uma massa igual, uniforme. Valendo-me das palavras de Paulo Freire, na carta

que abre a primeira edição do livro e da minha experiência como professora da escola pública e como estudiosa da história da educação, convido os leitores deste texto a “conviver” com o livro de Eliane Marta Teixeira Lopes, a se sensibilizar e a se “encontrar” nas suas páginas.

### Referências bibliográficas

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação ou dos muitos modos de ler um livro. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008 (Col. Edivcere, 7).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador-colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1985.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A psicanálise escuta a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998

\_\_\_\_\_. *Da sagrada missão pedagógica*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003.

*Juliana Ferreira de Melo*  
Professora da rede estadual de Minas Gerais, doutoranda em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
E-mail: ferreirademeloj@gmail.com

TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Atual, 2007, 256 p.

O livro em questão surge em um contexto ao mesmo tempo muito especial e desafiante para a história da sociologia no ensino médio no Brasil. O fato de ter-se tornado disciplina obri-